



<b>Veículo:</b> O Liberal		
<b>Data:</b> 17/04/2017	<b>Caderno:</b> Atualidades	<b>Página:</b> 08
<b>Assunto:</b> Formação		
<b>Tipo:</b> Notícia	<b>Ação:</b> Provocada	<b>Classificação:</b> Positiva

## Índio formado quer precedência a aldeias

### FORMAÇÃO

Alan Tembé foi o primeiro indígena a se formar em Direito pela UFPA

**D**urante sete anos, Alan Batista Silva, de 29 anos, morou na capital paraense para cursar a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA). Ele é natural da aldeia Jeju, em Santa Maria do Pará, a cerca de 110 km de Belém, e foi o primeiro indígena a se formar em Direito na instituição. Da etnia Tembé, Alan conta que teve problemas de adaptação ao chegar à cidade, com dificuldades para se locomover no transporte público, arcar com moradia e até para se acostumar com a alimentação, que era diferente da consumida no território indígena.

Segundo dados do Censo 2010, o Brasil abriga quase 900 mil indígenas de 305 etnias, que falam 274 línguas diferentes. A região Norte concentra o maior número de indígenas: 342,8 mil. Dados da coordenação regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) no Pará mostram que há 62 reservas indígenas no Estado. Elas reúnem cerca de 51,2 mil indígenas. As mais populosas são Munduruku, localizada no município de Jacareacanga

e com mais de nove mil índios; e Kaiapó, território que alcança São Félix do Xingu, Cumaru do Norte, Bannach e Ourilândia do Norte, todas no sul do Pará, com mais de cinco mil indígenas.

De acordo com o último Censo da Funai, pouco mais de 15 mil índios vivem em áreas urbanas, o que corresponde a 30% da população indígena paraense. Altamira abriga a maior parte de “desaldeados”, que são mais de cinco mil pessoas. Alan cresceu na base [aldeia Jeju], onde estudou o ensino fundamental, e frequentou uma vila próxima, onde cursou o nível médio. Ele foi aprovado no processo seletivo especial de 2010, o primeiro com vagas para indígenas da UFPA, e conta que só do povo Tembé, quase 20 pessoas foram selecionadas. No entanto, a falta de apoio levou metade deles a desistir dentro de um ano.

“Quando chegamos a Belém, ficamos sem bolsa, sem moradia e outros meios para permanência no curso. Nos deparamos com uma realidade muito diferente da nossa, alguns demoraram pra se acostumar com a comida industrializada, outros se perderam ao pegar ônibus errado. Recorremos à Funai, que começou a pagar diárias de hotel e também nos ajudou

com alimentação e transporte, mas isso durou quatro meses até que os recursos do órgão acabaram. Aí fomos morar em um almoxarifado na sede da Funai, onde ficamos por oito meses, até que um acordo fosse assinado com a reitoria da UFPA”, recorda.

A partir de então, eles começaram a receber uma bolsa de R\$ 600 e, no início de 2012, o valor subiu para R\$ 900. “Dividíamos aluguel de uma casa, mas alguns se mudaram e essa quantia era apertada para cobrir moradia, alimentação, transporte e material de estudo. Tive colegas de classe que me apoiaram e me doaram um *Vade Mecum*, mas alguns parentes sofreram preconceito em seus cursos”, relata.

Para ele, os processos seletivos para indígenas precisam ser construídos com a comunidade e alguns pontos como documentação exigida e modo de inscrição deveriam ser revistos. “A gente pensa em um vestibular mais acessível aos parentes que tem vivência de aldeia, que moram na base, pois tem muitos índios citadinos, aqueles que vivem em espaço urbano, tirando a oportunidade dos parentes da base”, explica. Além disso, ele afirma que é necessário mais cuidado e agilidade na recepção e permanência do indígena, pois há muita buro-



cracia para dar entrada no recebimento da bolsa. Pode demorar até três, quatro meses e enquanto isso ele fica sem apoio de moradia e alimentação. A cerimônia de formatura de Alan foi realizada no mês passado e ele já está morando novamente na aldeia Jeju. Ele deseja se dedicar aos interesses do seu povo, está se preparando para prestar o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e sonha em tornar-se um procurador federal. A demarcação dos territórios indígenas em Santa Maria do Pará é uma demanda urgente citada por ele, bem como o acesso dessa população à saúde e educação.

**“A gente pensa em um vestibular mais **acessível** aos parentes que moram na base”**



Bacharel em Direito, **Alan Batista Silva**, da etnia Tembê, sonha em ser um procurador federal e ajudar seu povo